

**XV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA
26 a 29 de julho de 2011, Curitiba (PR).**

GT 08 – Educação Superior na Sociedade contemporânea.

**DIFUSÃO TERRITORIAL E DINÂMICA SOCIOESPACIAL DA EDUCAÇÃO
SUPERIOR NO ESTADO DO CEARÁ.**

**Autor: Carlos Henrique Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Ceará**

Curitiba, julho de 2011

I – INTRODUÇÃO:

Este *paper* visa estabelecer uma reflexão acerca da dinâmica socioespacial vivida e/ou vivenciada por um significativo efetivo docente da educação superior no estado do Ceará que, mediante a difusão territorial – regionalização e interiorização – das Instituições de Ensino Superior – IES, iniciada basicamente no final da década de 1980 pela Universidade Estadual do Ceará seguida por IES privadas e pela descentralização da Universidade Federal do Ceará desde a segunda metade da década de 1990 e, principalmente, durante os anos 2000, está inserido em um contexto de deslocamento socioespacial. Essa expansão espacializada e a crescente interiorização das IES no estado do Ceará têm provocado uma dinâmica intensa de mobilidade e migração por parte dos professores universitários. Cabe ressaltar que este trabalho – os conceitos e categorias aqui destacadas – é uma síntese de um trabalho maior que vem sendo desenvolvido no curso de doutorado em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

Em decorrência, este artigo privilegia inicialmente uma explanação contextualizada do ensino superior no Ceará desde meados da década de 1990 até o período atual. Em seguida optamos por estabelecer uma reflexão acerca de territorialidade e sociabilidade, categorias-chave para uma melhor compreensão da problemática em debate. Por fim, inserimos uma pequena abordagem de cunho metodológico no que concerne ao estudo das trajetórias.

Desta forma, partimos do pressuposto que o território brasileiro cria demandas educacionais. A resposta a essa demanda e sua superação envolvem uma dinâmica socioespacial intensa, uma vez que não estamos nos referindo apenas à instalação de um equipamento educacional em um dado lugar. Logo, a noção de território aqui refletida é definida por processos sócio-históricos, sendo assim, o território habitado, vivido, utilizado de forma socioespacial, e não porções territoriais estáticas definidas cartograficamente, sem considerar a vida social.

Dentre as inúmeras possibilidades que se abrem ao debate, nosso recorte recai sobre o aprofundamento teórico da difusão territorial, bem como da dinâmica socioespacial que envolve um contingente significativo de educadores do ensino superior. Dessa maneira, o profissional docente é o

principal sujeito desta pesquisa. Interessa-nos refletir acerca do componente da mobilidade espacial vivenciada por estes professores que se encontram dentro dessa realidade.

Ao considerarmos que a expansão das IES provoca a mobilidade socioespacial dos sujeitos identificados anteriormente e que estes deslocamentos ocorrem mediante a execução das atividades docentes, ou seja, existe aí um fator específico (motivador), acreditamos que suas trajetórias profissionais adquirem uma dimensão espacial – territorial, capaz de propiciar novas identificações com o local de chegada e permanência (re)construindo, assim, a identidade do/no local. Elencar elementos teóricos e metodológicos para fundamentar o debate acerca dessas proposições, torna-se, assim, o principal objetivo deste artigo.

II – Difusão territorial das Instituições de Ensino Superior no Estado do Ceará.

O ensino superior brasileiro vem, ao longo dos últimos anos, passando por profundas transformações no que concerne à sua natureza jurídica, expansão e difusão social e territorial assumindo, assim, papel estratégico no processo político de desenvolvimento sociocultural e econômico. Esse processo tem despertado o interesse de inúmeros estudiosos e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Dentre eles destacam-se, evidentemente, os profissionais da educação que se dedicam, em especial, às análises e compreensão das transformações históricas do ensino superior no Brasil, considerando sua trajetória política; à estrutura e funcionamento da educação superior; ao caráter organizacional e curricular; à morfologia das Instituições de Ensino Superior – IES e ao trabalho docente, dentre outras tantas contribuições que se fazem imprescindíveis para a real compreensão das diversas mutações pelas quais o ensino superior brasileiro passou e passa no decorrer de sua história.

Embora poucos, outros estudos, geralmente de natureza geográfica, tem oferecido aos estudiosos deste tema importante contribuição teórica ao analisar a expansão deste nível de ensino a partir de sua dimensão territorial, destacando-se neste íterim os trabalhos de Santos e Silveira (2000 e 2001), ao discutir a relação entre território e sociedade no Brasil no início do século

XXI. Dedicando questões específicas entre a difusão conjuntural do ensino superior brasileiro e a dinâmica territorial, tal perspectiva analítica traz consigo um viés ambivalente uma vez que, por um lado, o território adquire função estratégica para a promoção de políticas públicas e na difusão do setor privado; noutra dimensão, as Instituições de Ensino Superior podem ser tidas como verdadeiros agentes de transformação e produção do espaço.

Em escala ainda menor, poucos são os estudos e estudiosos de cunho sociológico que se designam a interpretar, na contemporaneidade, o fenômeno recente da educação superior brasileira, negligenciando, em certa medida, as consequências ou desdobramentos dessas mutações educacionais e como essa dinâmica tem sido vivenciada, interpretada e percebida política e socialmente pelos diversos atores sociais envolvidos neste processo.

A reflexão sobre a expansão do ensino superior enseja múltiplos olhares e perspectivas diversas sendo, portanto, necessária uma delimitação teórica e metodológica consistente, a fim de evitar retóricas ou mesmo análises generalistas de contribuição diminuta. Isto posto, ao considerarmos que a educação superior desempenha importante função no desenvolvimento social, cultural, político e econômico do país ou de uma região específica, propomos aqui que o seu debate adquira uma dimensão territorial, uma vez que a expansão pela interiorização vem sendo valorizada enquanto política pública de educação superior tanto em nível de Estado (federal, estadual e municipal), como também pela via do mercado com a crescente, mas não recente, privatização e mercantilização deste nível de ensino.

O estado do Ceará não figura fora do recente processo expansionista espacializado da educação superior mas, ao contrário, verifica-se que desde a reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9.394/96) este nível de ensino tem se consolidado em regiões distantes da capital alencarina.

Ao fazermos uma leitura dos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP¹ com relação ao ensino superior, considerando apenas o estado do Ceará, podemos visualizar uma intensa dinâmica territorial das Instituições de Ensino Superior. Constata-se que em

¹ Retornaremos aos dados do INEP mais adiante, em tópico específico, para abordarmos a evolução histórica do ensino superior no estado do Ceará.

1996, ano de elaboração da nova LDB, portanto, sem interferência direta da mesma, das 920 IES registradas no Brasil, o Estado possuía apenas 08 instituições, caracterizadas e distribuídas da seguinte maneira: 04 IES públicas, sendo 02 em Fortaleza (Universidade Federal do Ceará – UFC e Universidade Estadual do Ceará – UECE) e duas instituições estaduais no interior (Universidade Vale do Acaraú – UVA, localizada na cidade de Sobral e Universidade Regional do Cariri – URCA, situada na cidade do Crato). As outras quatro IES eram de foro privado, todas concentradas na cidade de Fortaleza, conforme ilustra a tabela abaixo:

Número de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior, segundo as Grande Regiões, Estados, Meso-regiões e Municípios – 1996

Grandes Regiões/Estados/ Meso-Regiões/Municípios	Número de Cursos	Número de Instituições					
		Públicas				particulares	Total
		Fed.	Est.	Mun.	Total		
CEARÁ	120	1	3	0	4	4	8
Noroeste Cearense	17	0	1	0	1	0	1
Sobral	17	0	1	0	1	0	1
Região Metropolitana de Fortaleza	92	1	1	0	2	4	5
Fortaleza	92	1	1	0	2	4	5
Sul Cearense	11	0	1	0	1	0	1
Crato	11	0	1	0	1	0	1

Fonte: Anuário Estatístico – 1956 e 1971 (IBGE)

Catálogo das Instituições de Ensino Superior – 1996 (MEC)

Verifica-se, todavia, que os dados coletados acima não destacam o processo de regionalização e interiorização da Universidade Estadual do Ceará - UECE que desde o final da década de 1980 e, principalmente, durante a década de 1990 deu início à descentralização do ensino superior no Estado uma vez que, nesse período, foram criados vários *campi* universitários em cidades de médio porte como Limoeiro do Norte, Crateús, Itapipoca, Quixadá, dentre algumas outras.

Já a edição 2010/2011 do Anuário do Ceará, apoiado pelo sistema *e-mec*, que mostra o retrato estatístico da educação superior brasileira, aponta que no período atual o Ceará tem 129 cursos de graduação, para os quais são ofertadas cerca de 65 mil vagas anualmente nas 44 IES em atividade no Estado e registradas no Ministério da Educação (MEC). Os cursos presenciais

estão, hoje, em 23 dos 184 municípios cearenses; contando com os cursos à distância, o número sobe para 38 cidades. Excetuando-se a Capital, somente 08 municípios têm IES particulares. Nos outros 15, apenas unidades das universidades públicas se fazem presentes.

Esses dados nos auxiliam a compreender o quão dinâmico tem sido o crescimento e a espacialização de Universidades, Institutos e Estabelecimentos que ofertam cursos de formação superior no Estado nos últimos 15 anos. Todavia, acreditamos que, por si só, esses dados não dão conta das implicações sociais, profissionais e territoriais de todo esse processo.

Cabe, então, ressaltar que a leitura territorial proposta não tem o intuito de “mapear” os estabelecimentos de educação superior no estado do Ceará – *locus* de desenvolvimento e análise deste trabalho, nem, tampouco, fazer prevalecer nesta discussão os determinantes locacionais e sua racionalidade. Não se trata pois, de desprezar, muito menos menosprezar as cidades para onde se direcionam e são assentadas as IES. Ao contrário, estes são dados importantes, mas não constituem o objetivo central deste *paper*.

Nossa intenção é mostrar que, através de uma leitura territorial, é possível estudar e compreender, sociologicamente, o fenômeno espacializado da educação superior. As dinâmicas demográficas (deslocamento, mobilidade e migração) e a sociabilidade são pontos fundamentais no enfoque dado por esta pesquisa aos processos de trabalho, mais especificamente, do trabalho docente mediante a conjuntura atual da educação superior brasileira.

III – A dinâmica socioespacial: novas territorialidades, nova sociabilidade?

Buscando refletir sobre as territorialidades e sociabilidade vivenciada pelos professores universitários que desempenham suas atividades docentes no interior do Ceará à luz de Marc Augé (2010), apreendemos que mobilidade espacial para ele parece ser uma espécie de recurso, de ideal ou possibilidade de motivação individual, política e profissional. Dessa forma, vivenciar o movimento não deixa de ser uma forma de enxergar para além de seu entorno, mesmo que essa condição possa lhe trazer experiências inesperadas, duradouras ou efêmeras.

Fixando-se ou possuindo uma característica “instantânea”, o fato é que o indivíduo ao deslocar-se, ao mover-se pelo espaço, anexa ou remodela sua identidade pessoal, profissional, cultural, social ou política a partir da mobilidade. Podendo possuir diversas denominações (viajante, fluidez, movimento, etc.) de acordo com o autor que a desenvolva, a mobilidade (social, espacial ou socioespacial) tem se apresentado como uma das características mais fortes da sociedade contemporânea, pois a questão central das viagens motivadas por situações profissionais – de trabalho, não é a descoberta ou encantamento por novos lugares, novos territórios como, por exemplo, faz o turista, mas sim, acreditamos, é um processo antes de tudo, de autodescobrimento, busca de realização e possibilidade de inserção que além do mais oferece, mesmo que de maneira ilusória, a confortável sensação de retorno ao lugar de origem. Sonhar com o retorno, ter liberdade para circular, exercer o direito de ir e vir quando quiser ou puder são características ou desejos inerentes àqueles que se movem.

Noutra dimensão, Ortiz (1994, 1997) e Ianni ao tratarem em diversas obras sobre os paradigmas e enigmas da globalização passam, aos poucos, a inserir em seus trabalhos a dimensão espacial da sociedade, observando, nas novas territorialidades que se formam com e a partir dos arcaísmos pós-modernos – ou de modernidades tardias, altas, avançadas, líquidas como preferem outros – novas sociabilidades. Ambos, de forma conjugada, mas não idêntica, optam por desenvolver as categorias de viagens ou viajantes para se referirem à mobilidade, migração ou deslocamentos tão presentes na conjuntura atual da sociedade contemporânea.

Ianni (2003) na busca de desvelar os *enigmas da modernidade-mundo* desenvolve a *metáfora da viagem*, sendo esta – a viagem (ou mobilidade como nós a tratamos aqui) – um dos elementos ou processos mais evidentes que constitui a sociedade moderna atual. Para o autor, a viagem, seja ela breve ou duradoura, de caráter mercantil, artístico, científico, profissional ou de turismo, pode ser um modo de (re)descobrir o “Eu”, uma espécie de acúmulo de experiências, vivências, territorialidades e sociabilidades adquiridas, na qual a narrativa de quem a exerce ou experimenta pode constituir uma importante chave analítica para desvendar trajetórias, identidades de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos de vivências semelhantes ou inseridos no mesmo

processo. Na história de toda Ciência Social, afirma, “há sempre uma contribuição do relato sobre outras terras, povos, formas de sociabilidade, culturas, civilizações” (2003, p.14). Na perspectiva metodológica Ianni colabora com nosso trabalho ao afirmar que:

Nas ciências sociais, a viagem revela-se um recurso comparativo excepcional. Permite colocar lado a lado configurações sociais, econômicas, políticas ou culturais diversas, próximas e distantes, presentes e passadas... compreendendo configurações sociais, formas de sociabilidade, modalidades de organização social e técnica do trabalho, regimes políticos, ...regionalismo, ...e outras modalidades de organização e movimentação da realidade histórico-social ou das configurações geográficas. (p.15)

Ao relacionarmos a mobilidade socioespacial dos docentes universitários no estado do Ceará com a metáfora da viagem escrita por Ianni, procuramos estabelecer elementos conceituais que nos possibilitem o exame das relações sociais, da adaptabilidade, das tendências e possibilidades, nexos e tensões que permeiam o cotidiano desses sujeitos. Em épocas de pleno desenvolvimento social, cultural, educacional, político e espacial da educação superior brasileira, a identidade deste “*novo docente*” que se desloca constantemente para que este sistema tenha vivacidade e se reproduza, não pode ser esquecida, nem tão pouco ignorada deste processo. Faz-se necessário, portanto, compreender o significado dessa mobilidade específica para a (re)construção da identidade profissional e pessoal desses educadores. Não se trata, entretanto, de afirmar que este movimento seja próprio do tempo presente nem muito menos particular à carreira docente universitária.

A história brasileira e internacional tem mostrado que a mobilidade de pessoas com a finalidade de exercerem suas atividades profissionais em outro território que não o seu de origem foi fundamental para garantir o desenvolvimento das idéias políticas, das atividades econômicas e de serviços, bem como da própria integração territorial dos Estados-nação. Profissionais da saúde, em especial médicos, enfermeiros, psicólogos, além de assistentes sociais, engenheiros, militares, administradores, advogados, dentre tantos outros têm, cada vez mais, se deslocado pelo espaço, contribuindo para o desenvolvimento local e regional de áreas cada vez mais distantes dos grandes centros. No campo educacional, em prevalência na educação superior, Estados

brasileiros como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul apresentam, desde a década de 1970, conforme dados do INEP, uma expansão interiorana desta atividade bem mais consolidada, podendo assim, implicar diferenças significativas quando se analisam os impactos da mobilidade socioespacial em diferentes regiões e Estados brasileiros.

Interessante notar que essa situação adquire um caráter sistêmico, pois a estrutura habitacional, as alternativas de lazer, as vias de circulação, os transportes, a oferta diversificada de serviços de saúde nas cidades, dentre outros elementos e equipamentos urbanos, tendem a passar por significativas alterações na tentativa de proporcionar a permanência cada vez maior desses profissionais que “passam” (no sentido de trabalhar), por estes locais. Nestes termos, a mobilidade adquire, mais que nunca, um caráter político, cultural e econômico, um fator de desenvolvimento local, uma vez que o espaço urbano se qualifica, se especializa, tendo como alvo principal a satisfação e a longevidade do migrante, mesmo que essa migração seja relativa, dure um, dois ou três dias semanais; independente, o ideal é o aumento de sua satisfação. A estratégia é que “ele vá ficando” e que diminua o desejo de retorno.

A mobilidade, viagem, desençaixe, movimento, deslocamento ou desenraizamento, marca ou demarca as trajetórias. O trajeto percorrido ou vivido enseja a possibilidade de encontro ou reencontro consigo e com os outros, exprime-se entre a individualidade e a coletividade capaz de revelar algo nas formas de sociabilidade expressos nos imaginários do desconhecido ou na redefinição do que se julga conhecido. Possivelmente, uma das melhores formas de evidenciar a sensação de desenraizamento, desligamento ou desconexão é a através da categoria desençaixe proposta por Giddens (1991). Em sua teoria, esta concepção sobre a sociedade explica o processo de deslocamento das relações sociais, de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo espaço.

Recorrendo ainda a Ianni, notamos que quem se desloca, despoja-se e pode, muitas vezes estar à procura de si (p.30), em suas palavras:

À medida que viaja, o viajante se desenraiza, solta, liberta. Pode lançar-se pelos caminhos e pela imaginação, atravessar fronteiras e dissolver barreiras, inventar diferenças e imaginar similaridades. A

sua imaginação voa longe, defronta-se com o desconhecido, que pode ser exótico, surpreendente, maravilhoso, ou insólito, absurdo, terrificante. Tanto se perde como se encontra, ao mesmo tempo que se reafirma e modifica. No curso da viagem há sempre uma transfiguração, de tal modo que aquele que parte não é nunca o mesmo que regressa. (p.31).

Acerca da contribuição de Ianni aos processos de mobilidade, cabe destacar ainda, que este tema é tratado por ele, como dissemos anteriormente, em outros estudos voltados ao entendimento do processo de globalização² (ora moderno, ora pós-moderno) destacando-se as categorias de desenraizamento e desterritorialização – perspectivas que abordaremos ao longo deste trabalho e que, na nossa percepção, são inerentes ao processo de mobilidade socioespacial.

Não distante da contemplação teórica de Ianni, pode-se fazer uma leitura similar das obras de Renato Ortiz (1994, 1997), quando este, ao versar sobre a mundialização (às vezes denominada por ele de globalização) privilegia, a exemplo do primeiro, a categoria do viajante, referenciando-a ora como metáfora, ora de forma direta, como elemento chave para compreensão das relações sociais contemporâneas. Todavia, Ortiz, ao contrário de Ianni, oferece uma leitura mais específica voltada para o entendimento da cultura popular. Embora a perspectiva cultural (como abordada pelos estudos antropológicos) pouco se relacione com esta pesquisa, as categorias de suporte trabalhadas por Ortiz como viagem, identidade, política e, principalmente espaço e territorialidade nos interessam sobremaneira.

Ortiz (1997, p.25, 26) ao explorar o significado da mobilidade (do movimento – como ele o trata inicialmente), recorre ao tema da viagem ao exprimir que o homem moderno é dotado de uma individualidade distinta e autônoma, e que o movimento é fruto de sua volição pessoal.

Ainda que incipiente, Ortiz (1997: 26) define a viagem como um deslocamento no espaço. Este espaço, em suas palavras, não se trata de um espaço qualquer, geográfico ou não; esse espaço é peculiarmente descontínuo e o viajante age como um elo comunicacional entre os lugares separados pela distância e pelos costumes (p.28). Em sua prerrogativa, o deslocamento realizado pelo viajante assemelha-se aos ritos de passagens, dando uma

² Destacadamente: “A sociedade global” (1992); “A era do globalismo” (1997) e “Teorias da globalização” (1998).

sensação de fluidez territorial unindo dois pontos locacionais distintos marcados pela hora da partida e o momento do regresso (p.26). Neste ponto, reside nossa primeira inquietação pois, ao que parece, toda ida pressupõe um retorno, toda estadia fora de seu *habitat*, por mais prolongada que seja, indica uma reintegração, um regresso ao local de origem. Todavia, ao considerarmos os *outsiders* dos estudos de Norbert Elias; o estrangeiro – figura central nos escritos simmelianos; os nômades – clássicos ou contemporâneos; os migrantes bíblicos ou atuais, ou mesmo os trabalhadores do tempo presente em constante circularidade como os sujeitos envolvidos nesta pesquisa, embora possam até apresentar o sentimento ou o desejo de retorno, nem sempre se vêem possibilitados ou em condições de realizarem. Não quero, com isso, dizer que a permanência “pós-partida” ou ao invés de retornar, os indivíduos continuem a se deslocar para outros espaços não tenha sido pensada ou considerada por Ortiz, apenas não conseguimos identificá-las nas obras estudadas.

Em outro ensaio, Ortiz (1994) antevê que a cada movimento, ou que no processo de mobilidade seja ela espacial ou não “um novo território é redesenhado, no qual a identidade anterior é preservada” (p.75). Neste caso, o autor fortalece nosso pensamento, posto que, pondero, uma “nova identidade” formada a partir de novas territorialidades vivenciadas a partir do deslocamento, da mobilidade em si, não são, nem podem ser, destituídas, nem tampouco desvinculadas, da vivência e da experiência precedente.

A cada novo deslocamento, a cada migração as pessoas remodelam suas relações, seus costumes, (re)constroem suas identidades, refazem seu caminhar, suas trajetórias. Os efeitos desses movimentos, da mobilidade, podem ser mais ou menos intensos, mais ou menos abruptos, traumáticos, sofridos ou não, dependendo sempre do nível de adaptabilidade, do alcance ou superação da expectativa imaginada com antecedência pelos indivíduos para e com o novo território.

Longe de indicar obrigatoriamente um sofrimento, uma carga, ou um peso, a mobilidade, como apontam Maffesoli, Ianni, Ortiz, Haesbaert, dentre outros, pode representar também libertação, emancipação, felicidade, conquista, satisfação. A mensuração identitária, ou como sugeriu Maffesoli

(2001), a característica “Psicogeográfica” dependerá, evidentemente, dos relatos dos sujeitos pesquisados.

Retomando Ortiz (1997), vemos que a mobilidade tornou-se uma realidade capaz de transformar as práticas e as relações sociais. Ao considerarmos os avanços tecnológicos principalmente relacionados ao quesito comunicação o autor afirma que “deslocar-se no espaço deixa de ser uma “aventura”. O desconhecido – no passado, sinônimo de distante – torna-se habitual, não apenas do ponto de vista daqueles que organizam a locomoção..., mas também daqueles que o experimentam... A rigor, quando nos movemos no espaço da modernidade-mundo, permanecemos no seu interior. A sensação de estranhamento é dessa forma substituída pela de familiaridade” (p.37). Essa idéia de não-estranhamento é outro ponto em que não há concordância com o pensamento. Mesmo sabendo da especificidade do sujeito indicado por ele (turista), de todo aparato tecnológico informacional que parece sobrepujar o tempo, das teorias da (i) mobilidade, de se poder “conhecer” o mundo sem sair da frente do computador, nada, no nosso entendimento, substitui o estar, o sentimento de olhar, sentir e viver um dado espaço, um novo território sem se perceber verdadeiramente, e não virtualmente, nele. Relações sociais virtuais, redes sociais, ciberespaços, não oferecem a mesma experiência da sociabilidade real, do espaço socialmente (re)produzido, vivido, sentido e percebido *in loco*.

Trabalhando com a idéia de desterritorialização³ – conceito empregado pioneiramente nas obras de Deleuze e Gatarri, Ortiz (1994, 1997) também se utiliza de sua abrangência teórica para explicitar ou exemplificar melhor seu pensamento. É certo que ao tratarmos sobre mobilidade, a concepção territorial não pode estar ausente do debate. Em suas palavras, “a modernidade-mundo não significa apenas desterritorialização. Este é um primeiro passo que ela deve percorrer, mas, existir enquanto tal, seus objetos devem se

³ Tanto o termo desterritorialização como reterritorialização são freqüentemente utilizados nos trabalhos de cunho antropológico, sociológico, geográfico, filosófico, pela Economia e até pela Psicologia, o que mostra que é inviável encontrar ou elaborar uma definição que contemple todas as matizes. Neste sentido, consciente da pluralidade de usos e definições do termo, privilegiaremos, ao longo deste trabalho, as conceitualizações que se refiram prioritariamente à perspectiva territorial – espacial e/ou aos que dêem sustentação teórica à categoria Identidade. Não significa porém, que outras perspectivas do termo serão desconsideradas, elas apenas estarão presentes, quando complementarem a idéia inicial.

reterritorializar” (1997, p.38). Complementando a idéia de Ortiz, acrescentamos que não só os objetos, mas as pessoas, serviços, cultura, e até as idéias podem e passam na atualidade por essa dinâmica. Em verdade, assim como a desterritorialização resulta em uma reterritorialização, o desencaixe pressupõe o reencaixe, o desenraizamento, leva a um novo enraizamento, o que circula, repousa e, o que se desloca – que se move, quem, digamos, “habita” a mobilidade – em algum momento, mesmo que por um curto espaço de tempo, se sedentarizará.

Ao tratar na mesma obra de maneira bastante positiva, da relação *espaço e territorialidade* Ortiz, põe em evidência uma idéia bastante interessante, que é pensar, no mundo contemporâneo, em uma *territorialidade desenraizada* (p. 50, 51, 65), ou seja, uma territorialidade que se mostra a partir da mobilidade, sem fixar-se em nenhum solo (território) como pressupõe o enraizamento, compreendê-la, em essência, é transgredir os limites físicos, as fronteiras terrenas; envolve o imaginário dos indivíduos e, como isso, permitir e explorar as territorialidades construídas e vividas pelas próprias pessoas, territorialidades essas que adquirem *status* de sociabilidade aglutinando o reconhecimento e o sentimento de pertença – ou não pertencimento, ao lugar, ao território agora vivenciado.

Em suas palavras: “O modo de vida de vários grupos sociais é hoje em boa medida desterritorializado” (p.60), sem desconsiderar a dimensão espacial (geográfica – ou meio físico como ele a denomina), mas, em contraposição, não fechando a ela, o autor enfatiza que “A desterritorialização tem a virtude de afastar o espaço do meio físico que o aprisionava e a reterritorialização o atualiza como uma dimensão social. Ela o localiza” (p.60, 61). Considerando a mobilidade – da força de trabalho, dos indivíduos, das informações, das mercadorias – como a característica da modernidade, o que exige refletir constantemente a metáfora da raiz (p.65) Ortiz complementa assinalando que, no mundo contemporâneo, os indivíduos possuem certamente referências, mas não propriamente raízes, que os fixam fisicamente no *milieu*, que balizam o caminhar do seu pensamento. Assiná-la por fim o autor:

A mobilidade é um dado, ou melhor, uma exigência de um determinado tipo de civilização. Nesse sentido, as sociedades contemporâneas vivem uma territorialidade desterritorializada, seja

entre as faixas de espaços, deslocados dos territórios nacionais, seja nos “lugares”, atravessados por forças diversas. O desenraizamento é uma condição de nossa época, a expressão de um outro território. (p.65).

Isto posto, a mobilidade torna a sociabilidade e a identidade dos que a vivenciam, temas ainda mais ricos e controversos. A des-continuidade espacial anunciada pelo movimento há de conferir opulência e sabor aos relatos dos viajantes, corolário da volição individual ou coletiva.

Ao definir os professores universitários que se deslocam de um território para outro(s), com a finalidade de exercerem suas atividades docentes e acabam por acumular experiências diversas de territorialidade e sociabilidade vividas em suas trajetórias, capazes de redefinir sua identidade pessoal e profissional, acredito que deixo explícito duas questões que merecem ser devida e definitivamente enfatizadas: primeiramente, nunca é demais ressaltar que a mobilidade que tratamos aqui é de caráter socioespacial definida enquanto relação social mediada pela mudança de lugar, ou seja, pela condição assumida por esse sujeito de ocupar ou pertencer ou se sentir integrado a vários territórios. Desta maneira, exclui-se a idéia de mero deslocamento sem significado e sem conteúdo e elimina-se qualquer tipo de mobilidade virtual denominada por alguns autores de (i) mobilidade, pautada, principalmente, pelo desenvolvimento dos meios de comunicação. Em decorrência desta, o segundo ponto que nos salta aos olhos é, assim como não tratamos de qualquer mobilidade, também não tratamos de qualquer sujeito, não sendo estes nômades ou *vagabundos* pós-modernos, a mobilidade exercida por estas pessoas é consciente e consequente, de finalidade específica que designa a busca por integração, de interação e estabilidade.

Mais que uma sociedade sem territorialidade, sem local, a mobilidade generalizada produz uma sociedade cujos territórios são construídos a partir do movimento e onde o local se fundamenta na diferença das mobilidades (Bourdin, 2001, p. 69).

Cada pessoa, ao deslocar-se espacialmente, desdobra ou produz suas próprias estratégias de adaptação no novo local procurando, de diversas maneiras, se sentir pertencente ao território de chegada, interagir e integrar-se mediante as relações sociais. Deste modo, procuramos esclarecimentos para

as seguintes indagações: o que significa territorialidade para os docentes inseridos no nosso contexto metodológico? Como, a partir da mobilidade, eles (re)constroem suas trajetórias? Quais estratégias de adaptação e sociabilidade desenvolvem?

IV - “Trajetórias” metodológicas

As questões relacionadas à mobilidade e à migração emergem, no tempo presente como uma das principais características e necessidades da sociedade atual.

Como diversas vezes explicitado a mobilidade tratada aqui é referente ao deslocamento espacial de um grupo de indivíduos (e não um indivíduo em grupos) que, por motivações profissionais muito bem definidas, optam por “experimentar” ou vivenciar múltiplas territorialidades, (re)definindo, mediante suas trajetórias pessoal e profissional, suas identidades, seus objetivos. A migração constitui-se como uma possível consequência da mobilidade. Em tese, dependendo dos vínculos (afetivos, culturais, trabalhistas, sociais e territoriais) as pessoas inseridas em constante movimento espacial tendem, em um dado momento, determinados por elas, a permanecerem cada vez mais no local em que melhor se reconheçam, se integrem e se satisfaçam, ainda que em parte destes vínculos. A migração não mascara a mobilidade, ao contrário, ela evidencia na riqueza do movimento a hora do “sossego”, a hora de parar, mesmo que não seja um pouso definitivo. Ademais, ela pode representar e até demonstrar o orgulho ou a saturação; o peso ou a leveza de quem está ou esteve em trânsito.

Prioritariamente, aos estudos migratórios interessam os processos pelos quais o indivíduo ou um determinado grupo se estabelece em um novo território, em um novo lugar considerando, em especial, as formas que se recriam os estilos de vida, as redes de trabalho, as estratégias de sociabilidade, dentre outros. Mediante isso, além de uma incansável observação empírica, os relatos orais dos sujeitos envolvidos no escopo da pesquisa se constitui como a sua principal ferramenta metodológica.

Nosso trabalho não tem a pretensão de fugir a esta estratégia, todavia, para não tergiversar sobre a temática, algumas considerações e delineações

em torno dos ‘relatos orais’ se fazem pertinentes. Primeiro, é preciso destacar a existência de uma ampla gama de abordagens metodológicas em torno da ‘fala’ dos sujeitos envolvidos – argumentaremos sobre as mais freqüentes e apontaremos aquela(s) que melhor exprime, na nossa percepção, a realidade vivida. É importante salientar, ainda, tal qual argumenta Silva (2005, p. 54), que “a complexidade dessas situações exige do pesquisador a adoção de uma postura teórico-metodológica capaz de compreender a *migração como um processo social* e os migrantes como agentes desse processo”. Por último, é necessário ter rigor e uma clara definição de quem se pesquisa e qual o seu propósito – tal etapa é fundamental para definição e adoção das estratégias de pesquisa.

Como indicado anteriormente, esse trabalho visa analisar, prioritariamente, as trajetórias socioespaciais e suas implicações para os professores universitários concursados que atuam nas instituições públicas de ensino superior no Ceará localizadas na região interiorana do estado. Como, o que de fato nos interessa são as trajetórias, os territórios e territorialidades percebidas, construídas e vividas por estes docentes, o único critério locacional destas IES é situarem-se para além dos limites metropolitanos de Fortaleza. Com isso, deixamos claro que a análise do espaço urbano não constitui o foco desta pesquisa.

Isto posto, procuramos enfatizar neste momento, algumas abordagens metodológicas que podem auxiliar no desenvolvimento de nossa pesquisa doutoral: a história oral ou as histórias de vida⁴ são um importante caminho para se compreender as trajetórias dos “docentes migrantes”, pois, podem representar experiências concretas, valores socioculturais, pensamentos em comuns e percepção similar e compartilhada da realidade que se vive.

Por termos um contexto espacial e sociológico bem delimitado, onde os sujeitos dessa pesquisa partilham das mesmas experiências, mas não

⁴ Essas proposições podem ser colocadas como sinônimos quando a história de vida não se fundamenta em estudos biográficos. Em termos, elas buscam mediante habilidade e direcionamento do pesquisador, abrir espaço para o “desabafo” dos entrevistados. Penso que, obrigatoriamente, em uma análise extremamente cuidadosa e até mesmo cirúrgica desses relatos, alguns recortes devam ser feitos considerando dois motivos principais: a) por não se tratar de uma análise biográfica, não cabe a reprodução na íntegra da fala dos sujeitos; b) os recortes visam, sobretudo, aproximar tendências e realidades vividas por diversos sujeitos, sendo aporte para a possível constituição de um *habitus* desses docentes.

necessariamente, partilham dos mesmos sentimentos, da mesma percepção, a História Oral apresenta-se enquanto ferramenta possível e viável a este estudo para se conhecer e, principalmente, compreender, a trajetória dos sujeitos em evidência.

Em verdade, os relatos orais nessa perspectiva, são fontes indispensáveis para a estruturação do nosso pensamento, uma vez que visam apreender diferentes vivências e trajetórias sobre o mesmo contexto profissional. Demartini (2005) explica a importância dos relatos orais para os estudos de migração e mobilidade: inicialmente, a autora, salienta que, *“entende-se por História Oral uma abordagem metodológica em que há um envolvimento do pesquisador com o objeto de estudo, procurando desvendá-lo a partir dos relatos orais dos sujeitos envolvidos, em complementaridade com o uso de outras fontes escritas, iconográficas, etc.”*⁵.

Esta definição nos deixa à vontade para trabalhar com este recurso sem, contudo, ignorar fontes distintas. Para não incorrer no erro de cair em generalizações o critério para a seleção dos entrevistados, a atenção aos seus relatos e a construção de categorias auxiliares de análises mereceram reflexão contínua neste estudo. A seleção dos sujeitos e dos relatos dos sujeitos, estabelecendo as pessoas e as visões com as quais almejamos trabalhar, é outro importante ensinamento de Demartini. A autora descreve ainda que

o relato oral é coletado em um processo de interação entrevistado/entrevistador em que este se coloca em posição de escuta atenta, cuidadosa, paciente, de modo a estabelecer a cumplicidade necessária para que o entrevistado se coloque em situação de querer falar. Desse modo, o pesquisador precisa aprender a escutar (inclusive o relato “oculto”) para poder encontrar o momento certo de colocar as questões que lhe interessa investigar (idem, p. 95).

A História Oral dessa forma possibilita apreender uma variedade de representações, visões e estratégias dos indivíduos socialmente inseridos em posições semelhantes, mas nem por isso, possuem, necessariamente, percepções similares, nesse sentido, a História Oral configura-se como um importante caminho para se compreender as trajetórias dos sujeitos. Estas, por

⁵ Lang, Campos e Demartini, 1998, in Demartini, 2005.

sua vez, nos auxiliaram a refletir acerca das identidades que, acreditamos, se remodelem na mobilidade, no percurso.

As trajetórias, como esclarece Bertaux (1979), são definidas a partir de uma relação entre a origem, isto é, o lugar na estrutura de classe da família onde a pessoa nasce e a trajetória posterior. Certeau (1994), por sua vez, afirma que as trajetórias evocam no espaço a unidade de sucessivos pontos percorridos sendo desenhada pelos agentes sociais em questão. Este trabalho busca com isso, traçar e compreender os trajetos, os caminhos percorridos e significados pelos sujeitos, procurando perceber como os professores universitários em destaque representam o olhar sobre si e sobre os outros; as trajetórias socioespaciais visam demonstrar as histórias vividas em diferentes territórios por estes docentes, o significado da mobilidade ou dos deslocamentos espaciais, as práticas cotidianas e estratégias de sociabilidade e interação com e no local de destino.

Com isso, ao se investigar individualmente cada personagem em questão, esperamos encontrar trajetórias comuns, situações vivenciadas no percurso muito semelhantes, fios que unam os trajetos, as perspectivas e percepções fomentando assim o que consideramos por trajetória. Em outras palavras, mesmo considerando as estratégias e os movimentos individuais, a trajetória, aponta Bourdieu (1996), é a objetivação das relações entre os agentes e as forças presentes no campo.

Dessa maneira vislumbramos a possibilidade de se delinear um *habitus* docente uma vez que sua projeção evidencia as estratégias desenvolvidas pelos sujeitos, marcam símbolos distintos dos mesmos, aproximam realidades vividas. Considerando Bourdieu (1998), as trajetórias seriam assim, o resultado construído de um sistema dos traços pertinentes de uma biografia individual ou de um grupo de biografias (In: Montagner, 2007). Esclarecendo mais essa perspectiva bourdieusiana, Montagner aponta que uma trajetória seria a objetivação das relações entre os agentes e as forças presentes no campo. Diferente das biografias, essa objetivação resulta em uma trajetória que descreve uma série de posições sucessivamente ocupadas pelos mesmos agentes.

Sendo assim, longe de generalizar o “fenômeno”, acreditamos que as trajetórias individuais podem conduzir a uma trajetória coletiva, de grupo.

De todo modo, nossa proposta metodológica visa, então, estudar os sujeitos em processo, durante o desenrolar de suas trajetórias, observando seus comportamentos e estratégias, tentando desvendar a subjetividade presente na re-configuração de suas identidades.

V – Considerações finais

Neste trabalho explanamos sobre alguns aportes teóricos importantes e possibilidades metodológicas possíveis para a devida fundamentação da mobilidade enquanto objeto de investigação, relacionando, sempre que possível, aos sujeitos destacados. Resumidamente, nossa argumentação pautou-se em arrolar a expansão do ensino superior no Ceará desde meados da década de 1990 com a mobilidade socioespacial dos professores universitários, ou seja, a espacialização (interiorização) das IES para além da Região Metropolitana de Fortaleza tem provocado um intenso fluxo territorial docente. Partimos então do pressuposto que, a trajetória e os territórios vividos a partir da mobilidade desses profissionais acabam por redefinir, ou remodelar, a identidade pessoal e profissional desses docentes, podendo, inclusive, estabelecer novos parâmetros para se discutir e redefinir o próprio sentido de “carreira docente”.

A intenção de ter feito até aqui uma abordagem geral da mobilidade e dos docentes foi mostrar que, seja qual for a “categoria” de professor a que podemos nos referir (do sistema público ou do sistema privado; com ou sem vínculo trabalhista, temporário ou concursado, professor/tutor da educação à distância; professor colaborador; professor cooperado, etc.), a des-territorialização ou, a multiterritorialização é um elemento importante para a compreensão das relações sociais que envolvem esses educadores e, como tal, não pode ser negligenciada da análise.

Olhar para o necessário e urgente processo de expansão da educação superior no Brasil como materialização de políticas públicas, garantia de direitos sociais, oportunidades de qualificação profissional, desenvolvimento regional e cultural representa, indubitavelmente, o enriquecimento das análises, do debate, das proposições e intervenções políticas e/ou acadêmicas. Todavia,

a não inserção ou a inserção parcial dos docentes ou do trabalho docente frente este processo, produz apenas uma visão ceifada dos acontecimentos.

Mediante isso, esperamos contribuir não só com os estudos sobre mobilidade e migração, mas também, e principalmente, designar um olhar sociológico para o fenômeno da expansão do ensino superior brasileiro tomando por base a mobilidade socioespacial dos professores docentes multiterritorializados no estado do Ceará.

VI – Bibliografia

AUGÉBAILE, M.E.B. (2007) Expansão da educação superior – traços de uma inclusão seletiva no cenário educacional brasileiro; In: VIEITEZ, C., BARONE, R. *Educação e políticas públicas: educação para o debate*. Araraquara, SP. Junqueira e Marin editores.

AUGÉ, Marc. (1994), *Não-lugares: introdução a uma Antropologia da supermodernidade*. Campinas, editora Papirus.
_____. (2010) *Por uma Antropologia da modernidade*. Maceió, EDUFAL.

BAUMAN, Zygmunt. (1999), *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editora.

_____. (2001), *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editora.

_____. (2007), *Vida líquida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editora.

_____. (2008), *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editora.

_____. (2010), *Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editora.

BAUMAN, Z., MAY, T. (2010), *Aprendendo a pensar com a sociologia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editora.

BECKER, O. (1997), Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologias, contextos. In: CASTRO, I. CORRÊA, R.L. *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

BECKER, H. (2007), *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editora.

_____. (1986), Biographie et mosaïque scientifique. *Actes de la recherche em sciences sociales*. V. 62/63, n. L'illusion biographique.

BENJAMIN, W. (1986), *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 2º Ed. São Paulo, Brasiliense.

BERTAUX, D. (1979), *Destinos sociais e estruturas de classe: para uma crítica da antropologia política*. Rio de Janeiro, Zahar.

BRASIL. MEC/INEP. (1996), *Sinopses estatísticas da educação superior*. Brasília, MEC/INEP.

_____. (2009), *Sinopses estatísticas da educação superior*. Brasília, MEC/INEP.

_____. (2010), *Sinopses estatísticas da educação superior*. Brasília, MEC/INEP.

BOURDIEU, P. (1989), *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Ed. Difel.

_____. (1996), *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, Papirus.
_____. (2003), *A miséria do mundo*. São Paulo, Vozes.
_____. (2004), *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo simbólico*. São Paulo, EdUNESP.
_____. (2005), *Esboço de auto-análise*. São Paulo, Companhia das Letras.
_____. (2007), *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva.
_____. (2008), *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo, Edusp.

CERTEAU, M. (2003), *A invenção do cotidiano: 1. Artes do fazer*. Petrópolis, RJ, editora vozes.

CLEMENTE, C.C. (MÍMEO). *Habitando o movimento: experiências sociais de profissionais transnacionais*.

DEMARTINI, Z.B.F. (2005) Pesquisa Histórico-Sociológica, relatos orais e imigração; In: Demartini e Truzzi (org.). *Estudos migratórios: perspectivas metodológicas*. São Carlos, SP, EdUFScar.

ELIAS, N. (1994), *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editora.
_____. (1994), *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editora.
ELIAS, N., SCOTSON, J.L. (2000), *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editora.

GAUDEMAR, J. P. (1977), *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa, Estampa.

GIDDENS, A. (1991), *As consequências da modernidade*. São Paulo, EDUNESP.
_____. (2002), *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editora.

HAESBAERT, R. (2010), *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

IANNI, O. (1992), *A sociedade global*. Rio de Janeiro, civilização brasileira.
_____. (1997), *A era do globalismo*. Rio de Janeiro, civilização brasileira.
_____. (1998), *teorias da globalização*. 4ªed. Rio de Janeiro, civilização brasileira.
_____. (2003), *Enigmas da Modernidade-Mundo*. 3ª Ed. Rio de Janeiro, civilização brasileira.

LAHIRE, B. (2004), *Retratos sociológicos: disposições e variações individuais*. Porto Alegre, Artmed.

LEMOS, A. (2009) "*Cultura da mobilidade*". In: anais III Simpósio Nacional da ABCiber. Porto Alegre, revista FAMECOS, nº 40.

MAFFESOLI, M. (2001), *Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas*. Rio de Janeiro, Record.

MARTINS, J.S. (1986), O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: MARTINS, J.S. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis, editora vozes.

MONTAGNER, M.A. (2007), *Trajetórias e biografias: notas para análise bourdieusiana*. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 09, nº17, jan/jun – 2007, p.240-264.

ORTIZ, R. (1994), *Mundialização e cultura*. São Paulo, editora Brasiliense.

_____. (1997), *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo, editora Olho D'água.

PELIANO, J.C. (1990), *Acumulação de trabalho e mobilidade do capital*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília.

SANTOS, M. (2000), *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo, Record.

SENNETT, R. (2004), *Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual*. Rio de Janeiro, Record.

_____. (2007), *A corrosão do caráter: consequências pessoais do novo capitalismo*. Rio de Janeiro, Record.

SEYFERTH, G. (2005), Cartas e narrativas biográficas no estudo da migração. In: Demartini e Truzzi (org.). *Estudos migratórios: perspectivas metodológicas*. São Carlos, SP, EdUFScar.

SILVA, M.A. (2005), Contribuições metodológicas para a análise das migrações. In: Demartini e Truzzi (org.). *Estudos migratórios: perspectivas metodológicas*. São Carlos, SP, EdUFScar.

SOROKIN, P. (1964), *Social and cultural mobility*. Londres, Collier-Macmillan Limited.

THOMSON, A. (2002), *Histórias (co) movedoras: História Oral e estudos de migração*. Revista brasileira de história. São Paulo, v. 22 n]44, p. 341-364.

Urry, J. (2007), *Mobilities*. Londres, Polity.